

# “A Constituinte é livre e soberana”

Quando o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso estourou como uma bomba entre os pequenos partidos, o líder do PC do B, Haroldo Lima, procurou o deputado Ibsen Pinheiro — que no momento respondia pela liderança do PMDB na Câmara. Mostrou-lhe as exigências impostas a todo tipo de ação — e no mínimo obteve solidariedade para a cruzada dos nanicos contra as normas vistas como esmagadoras. Ibsen, um gaúcho de São Borja, cumprindo seu segundo mandato como deputado federal, defende um meio-termo entre as posições mais radicais sobre a soberania da Constituinte, assinalando que ela paira sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário — e diz, nesta entrevista, respeitar a luta do PDT por diretas logo após a promulgação da nova Constituição. Mas

não deixa de insinuar certo oportunismo no projeto dos trabalhistas. E, para isto, cita a idade do “senhor Leonel Brizola”.

Como membro da bancada gaúcha, o senhor participou das discussões sobre o projeto do deputado Nelson Jobim e de sua apresentação. Como o senhor encara a questão da soberania da Constituinte?

— A Constituinte que está reunida é livre e soberana. Isto está definido no próprio ato que a convocou. O que se discute é o modo de se expressar esta soberania, sua implementação. É compreensível que haja em alguns setores da própria Assembléia questionamentos sobre o modo de exercício desta soberania, porque seguramente há exageros de parte a parte. Há setores que supõem que uma Constituinte livre e soberana opera como se não houvesse ordem jurídica. Isto é um vício de interpretação. A ordem jurídica não se sobrepõe à Constituinte — mas existe e aí está. A Constituinte, que revogará a ordem jurídica quando for editada, é um poder soberano capaz de policiar as próprias condições de seu funcionamento.

Acredita que a Constituinte assumirá a posição de condutora da transição democrática. Considera que este papel pertence a ela ou ao Executivo?

— Tenho a impressão de que Executivo, lideranças políticas e partidárias se expressarão todos na Constituinte. Veja bem: eu não faço assim uma fratura entre a Constituinte e o Governo, entre ela e os partidos. O Governo da República tem legitimidade para



Ibsen Pinheiro

estar presente na Assembléia. Seu partido está lá representado — e muito expressivamente. E o partido majoritário. Ao contrário da Câmara e do Senado, que são poderes consti-

tuidos, colocados ao nível do Executivo e do Judiciário, a Constituinte paira acima de todos os demais poderes.

E a crise econômica? O senhor acha que ela terá algum reflexo forte na Assembléia? Atrapalhará seus trabalhos, na medida em que se refletir lá dentro?

— Sinceramente — ao contrário de muitas manifestações que tenho ouvido — eu acho que não. Muitas lideranças temem que as dificuldades econômicas possam perturbar o trabalho de elaboração constitucional. Não concordo com isso. Penso que as instituições democráticas estão fortes porque há um grande desejo nacional de preservá-las.

Como o senhor encara o projeto do PDT, que pretende chegar a eleições diretas 120 dias após a promulgação da Carta?

— Preliminarmente, reconheço que é pleno direito do PDT fazer sua pregação. Mas uma pregação tem que corresponder a uma necessidade social, a uma realidade social. Na minha visão pessoal, não creio que a Constituinte, em qualquer hipótese, cogite um mandato inferior a quatro anos para o presidente Sarney. Acredito que ele possa ir além disso: a cinco ou seis anos. Estou convencido de que teremos eleições indiretas a partir de 1988, 89 ou 90. Antes disso, não. Eleições diretas imediatamente após a promulgação são uma postulação respeitável de um partido que tem um chefe, um líder, que é candidato — um homem que tem a biografia respeitável do senhor Leonel Brizola, tem 65 anos e considera que o calendário deveria ser mais propício.